

ATIVISTAS VÃO À LUTA

RESUMO

A inserção, no âmbito da esfera pública, de elementos para ser atingida a diminuição da desigualdade de gênero é uma das estratégias de posicionamento do movimento feminista, o que sugere traduzir uma atuação no campo político com expertise. Isso levou à percepção de que as mudanças das condições sociais relativas às mulheres são decididas não só pela sensibilidade de governantes, mas de forma significativa pela atuação de ativistas, que põem em ação o debate relativo à relação entre os sexos e às determinações estruturais sobre a natureza da participação na esfera pública. Para tanto, utilizam-se de várias estratégias de confronto e manifestações contra a discriminação, ao disseminar os valores que adotam no intuito de realocar a mobilização de recursos, bem como tratam de criar oportunidades políticas, jurídicas e de controle social. Mas, afinal, o que significa lutar pelos direitos das mulheres? Quem são as ativistas do movimento de mulheres que passam meses, anos, por vezes décadas dispendo de seu tempo e, não raro, de recursos financeiros para participar de reuniões, viagens, atender mulheres em situação de risco em prol de lutas feministas? O que se apresenta aqui através de relato etnográfico é a forma de vivência do ativismo no norte baiano por meio de uma de suas protagonistas na rotina cotidiana como feminista engajada e participante do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, em um esforço de reinterpretar o processo social e dar sentido à construção de relações no universo de múltiplas significações e descontinuidades do ambiente democrático.

PALAVRAS-CHAVE: Feminismo; Política; Poder.

ABSTRACT

The insertion, within the public sphere, of elements to be achieved the reduction of gender inequality is one of the positioning strategies of the feminist movement, which suggests translating an action in the political field with expertise. This has led to the realization that changes in social conditions relative to women are decided not only by the sensitivity of rulers, but also significantly by activists, who bring into play the debate on the relationship between the sexes and the structural determinations on participation in the public sphere. In order to do so, they use various strategies of confrontation and manifestations against discrimination, disseminating the values they adopt in order to reallocate the mobilization of resources, as well as trying to create political, legal and social control opportunities. But what, after all, does it mean to fight for women's rights? Who are the activists of the women's movement who spend months, years, sometimes decades having their time, and often enough financial resources to attend meetings, travel, attend women at risk for feminist struggles? What is presented here through ethnographic reporting is the way of experiencing activism in northern Bahia through one of its protagonists in the daily routine as an engaged feminist and participant of the Municipal Council of Women's Rights in an effort to reinterpret the social process and give meaning to the construction of relations in the universe of multiple meanings and discontinuities of the democratic environment.

KEYWORDS: Feminism; Politics; Power.

1. INTRODUÇÃO

A inserção de elementos de um *ethos* social inclusivo, visando à diminuição das desigualdades de gênero é uma das estratégias de posicionamento do movimento feminista, o que implica em traduzi-lo por meio de atuações no campo político com *expertise*. Isso levou à percepção de que as mudanças das condições sociais relativas às mulheres são decididas não só pela sensibilidade de governantes, mas de forma significativa pela atuação de ativistas, que põem em ação o debate relativo à relação entre os sexos e às determinações estruturais sobre a natureza da participação na esfera pública.

Para tanto, as pessoas engajadas em defender essa pauta utilizam-se de várias estratégias de confronto, dentre as quais manifestações latentes ou abertas contra a discriminação, ao disseminar os valores que adotam no intuito de realocar a mobilização de recursos, bem como tratam de criar oportunidades políticas, jurídicas e de readequação de mecanismos de controle social para influenciar a implementação e gestão de políticas públicas.

Mas, afinal, o que significa lutar pelos direitos das mulheres? Quem são as ativistas de movimentos de mulheres que passam meses, anos, por vezes décadas dispendo de seu tempo e, não raro, de recursos financeiros, para participar de reuniões, viagens, atender mulheres em situação de risco em prol de lutas feministas? É preciso conhecê-las, pois é através de suas batalhas cotidianas que adjudicam seu apoio a narrativas capazes de colocar em foco temas cruciais à igualdade social. As práticas e usos que adotam dão sentido à construção de múltiplas significações ao ambiente democrático

Para abordar o tema, o presente trabalho está organizado como segue: além desta introdução, traz um relato etnográfico que se debruça sobre a forma de vivência do ativismo feminista no norte baiano, por meio da história de vida de uma de suas protagonistas, de modo a retratar sua rotina como participante do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher; em seguida traz a conclusão.

2.0 ATIVISMO NO COTIDIANO

As mudanças das condições sociais relativas às mulheres são decididas não só por determinações dos interesses do ambiente empresarial ou pela sensibilidade de governantes, mas de forma muito mais significativa pela atuação de ativistas do movimento feminista, que põem em ação o debate relativo à relação entre os sexos e as determinações estruturais sobre a natureza da participação na esfera pública.

À promessa da integração pela igualdade se contrapõem múltiplas desigualdades de ordem material e simbólica, que são objeto de discussão e reivindicação por parte dos movimentos sociais. A proliferação dos discursos se coloca de modo a subverter a hegemonia (LACLAU; MOUFFE, 1987) ordenada das zonas de exercício de poder (ALLEN, 2013; SARDENBERG, 2009) e de modo a estabelecer novas referências.

Nas lutas sociais que se estabeleceram desde o século XIX, ativistas são responsáveis por manter em foco a preocupação acerca de privações e tensões relacionadas com a situação das mulheres. Nesse sentido, elas questionam a interface dos usos da política com o mundo privado (PERROT, 1988) e, por conseguinte, questões relativas à democracia política, à igualdade social e à liberdade sexual e reprodutiva. Para tanto, utilizam-se de várias estratégias de confronto e manifestações contra a discriminação, ao disseminar valores que sensibilizam no intuito de realocar a mobilização de recursos, bem como tratam de criar oportunidades políticas, jurídicas e de controle social (TARROW, 2009).

No Brasil, o ativismo político de gênero tem um marco de crescimento com a redemocratização iniciada na década de 1980, momento em que as questões de igualdade e democracia passaram a fazer parte da agenda de partidos e governos (BLAY, 2003; ALMEIDA, 2007). Mas, afinal, o que significa lutar pelos direitos das mulheres? Quem são as ativistas do movimento de mulheres que passam meses, anos, por vezes décadas dispendo de seu tempo e, não raro, de recursos financeiros para participar de reuniões, fazer longas viagens, atender mulheres em situação de risco, fazer sacrifícios familiares em prol de lutas feministas? O que se apresenta aqui é a forma de vivência do ativismo feminista

por meio de uma de suas protagonistas, Diana¹, em um dia de sua rotina como feminista engajada, no esforço de reinterpretar o processo social e dar sentido à construção de relações no universo de múltiplas significações e descontinuidades do ambiente democrático.

O propósito aqui é retratá-la a partir de sua participação em reunião ordinária do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher de Juazeiro/BA. O relato etnográfico a seguir refere-se à reunião do dia nove de outubro de 2013, sendo fruto de quatro sessões de observações e de entrevista em profundidade, realizadas entre março e outubro de 2013.

É a primeira quarta-feira do mês de outubro, dia de reunião do Conselho Municipal De Mulheres de Juazeiro/BA. É uma reunião ordinária, está no calendário das atividades do mês e, de antemão, Diana já sabe que, como de costume, a atividade vai tomar a tarde inteira. As reuniões são realizadas no auditório do prédio do Centro Integrado de Atendimento à Mulher – CIAM, que também funciona como sede do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher, uma conquista do movimento feminista desde 2004, fruto de um projeto contemplado pelo Governo Federal, elaborado com a participação das ativistas e que permitiu a edificação do prédio, embora até o momento não exista um orçamento, um fundo municipal para as ações voltadas à mulher. O local não funciona só como um centro de referência para os casos de violência, também são oferecidos os serviços médicos, jurídicos, psicológicos, de assistente social, além de cursos profissionalizantes e o trabalho com a arte.

São 14h30min e a funcionária da recepção já abriu a sala, faz uma temperatura de 38° e o sol ainda está bem alto. A reunião deve começar às 15 horas e o pessoal ainda não chegou. A sala fica nos fundos do prédio, tem cerca de 60m² e acomoda 80 pessoas sentadas. Possui janelas de vidro que iluminam e ventitam, à frente, há uma mesa de reuniões retangular para dez pessoas.

São dezessete anos de atividades no movimento de mulheres. O que a motiva? Diz que em primeiro lugar é por ser mulher, ao lado de tantas que reclamam de maus-tratos. Eram tantas mulheres sofrendo, tantas mulheres querendo ser donas da sua própria vida, mas sem condição de ser, e aí ela foi se interessando pelo tema e foi ficando. Isso desde 1997, quando começaram as caminhadas do dia 8 de Março, uma coisa levou a outra e foi trabalhar com outras companheiras na instalação dos clubes de mães. Foram 26 clubes criados em diversos bairros da cidade, a exemplo dos bairros Lomanto Junior, Jardim Vitória, Parque Residencial, Alto do Alencar, Novo Encontro, Tabuleiro, Fazenda Lagoa do Boi, Ilha de Nossa Senhora, Distrito de Massaroca, Lagoa da Pedra².

¹ O nome utilizado é fictício para preservar a identidade da entrevistada.

² Bairros periféricos da cidade de Juazeiro/BA.

Conforme declarou: “Aí a gente não parou mais. São muitas participações em Salvador e também em Brasília como representante nas conferências”.

Assim é que, de lá pra cá, diz que vem conciliando casamento, a criação de três filhos e o trabalho no serviço público na área de saúde, em uma repartição da Secretaria de Saúde. Tudo isso é possível porque se considera muito eclética devido ao aprendizado de diferentes direcionamentos religiosos na convivência familiar. O pai era de centro espírita, a família da mãe era ligada mais ao culto evangélico, e aí conheceu o universo católico (a mãe era católica), ficou curiosa e se pôs a ler muito, não acredita nessa história de dominação; na sua opinião o ser humano é livre.

A questão da injustiça social é o que a incomoda mais, acha que as pessoas precisam aprender pra fazer um controle social, avançar dentro dessa temática. Mas o problema é que: “Se você conhece o plano estadual de políticas para as mulheres ele é lindo, mas está ali só no papel. Tem que tirar essas coisas do papel e colocar no lugar certo. Mas mulheres ainda não gostam de ler, não gostam de escrever. Nós temos uma grande maioria de mulheres que não gosta de buscar esse conhecimento pra agir em cima do que precisa agir. Às vezes as pessoas dizem: ‘Bota na mão de Diana, porque quando ela pega só solta depois que viu um resultado bom acontecer’. E, quando não se consegue, a gente justifica onde parou e porque parou; não deixa a pessoa sem uma resposta”.

Antes da reunião dá um telefonema pra saber como vão as coisas com a família, revisa a pasta de documentos, a pauta e a lista de convidados; são várias instituições integrantes do conselho e habitualmente comparecem cerca de dez membros. À medida que as pessoas chegam, a sala vai ficando cada vez mais ruidosa. No grupo, são apenas dois homens, hoje apenas um deles compareceu. Os trabalhos são iniciados às 15h19min, com nove participantes e a ata da reunião anterior começa a ser lida.

Um dos pontos importantes da pauta do dia é discutir como está o atendimento na DEAM. Na sua opinião, tem de existir um esforço maior “para que tivéssemos as leis realmente implementadas dentro do nosso município”, pois vislumbra falhas no tratamento da questão dos direitos humanos. “A mulher que não pode ser dona da sua própria vida, a mulher que não pode ser dona do seu próprio dinheiro, a mulher que pra votar o marido tem que dizer pra quem ela vai votar, e percebe que elas vivem muito sob o comando dos homens, dos maridos, do pai, dos irmãos. E se for negra então, a coisa é bem pior”. Porque segundo a sua percepção, a mulher negra (assim se considera) é duas vezes vitimada: uma por ser mulher e outra por ser negra.

Na época de implantação do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher, uma deputada estadual estava na comissão de mulheres na Assembleia Legislativa e quando visitou Juazeiro/BA a ajudou com várias informações. A partir dali Diana virou política partidária, e quando foi vereadora conseguiu trazer o Conselho Municipal dos Direitos Humanos que já foi instalado. Em seguida, atuou na elaboração da lei do Conselho de Promoção da Igualdade, que não foi implementado, mas de todo modo a cidade agora conta

com uma secretaria específica. Então, considera que existiu um avanço em termos de direitos humanos. Assim, ela passou a atuar nos três segmentos: o de mulheres, o de direitos humanos e o de raça.

A experiência durante o processo eleitoral de 2012 a entristeceu porque não existiu em trabalho conjunto, de consciência por parte do conselho. Percebe que existe ainda uma luta da mulher contra a mulher no jogo dos interesses da política partidária. Assim se referiu ao episódio: “Se você perguntar quantas apoiaram as outras mulheres na campanha eleitoral do município é quase nada. Até o pessoal da Secretaria Estadual saiu de Salvador pra pedir voto para um homem. Nós ficamos assustadas, como que a Secretaria da Mulher do Estado da Bahia vem a Juazeiro, não entra em contato com a rede, vai até as rádios pedir voto para um homem? E aí, como nós vamos falar com as outras conselheiras se nós temos o exemplo maior? Ou você busca um espaço político da mulher de verdade, ou você entende que isso é uma necessidade ou nós não vamos para lugar nenhum”.

No decorrer da reunião, são vários os relatos das participantes de que as coisas com a polícia e a justiça não vão bem. Em especial, porque o atendimento dado às mulheres em situação de violência tem sido alvo de reclamação. Diana relata ao grupo que tem uma boa relação com as delegadas: “Nós as amparamos e elas nos amparam”.

Cada um dos participantes expressa seu ponto de vista sobre a questão da operacionalização das DEAM no estado, em especial, a política orçamentária do governo é um dado que consideram indicar que o tema ainda não é levado muito a sério, pois relatam que os equipamentos destinados à mulher sofrem muito com a falta de tudo: de folha de papel ofício, de carro, de condição para trabalhar. Ao comparar com a outra delegacia, observam que tem até um prédio próprio. Já a DEAM, para que exista, o município tem de pagar o aluguel da casa, a luz e a água. Relembra que tiveram uma grande perda em 2011 porque a delegacia era próxima do CIAM e não precisava de carro para levar ninguém e aí foi retirada das proximidades e instalada no bairro Santo Antônio. Desse modo, consideram que houve uma quebra porque não há como fazer o trabalho já que a maioria das mulheres que vai ao CIAM é da periferia.

Comentam que as deficiências repetem-se no âmbito da Justiça, em que existe uma demanda muito alta e não há um número de varas que seja suficiente, pois um processo demora muito a ser julgado. Conforme Diana relatou: “Esse juiz que está aí eu gosto, ele diz assim: ‘Olha, eu preciso da equipe técnica de vocês para atender todas as vezes que eu tenha um caso da Maria da Penha’. E aí ele se coloca à disposição dessa forma, mas só que a gente não consegue avançar. Então, mesmo o juiz diferente, que vem com essa compreensão de trabalhar junto com o movimento de mulheres, ao mesmo tempo também não tem estrutura”.

Embora algumas participantes apontem que já tenham obtido sucesso em várias experiências, inclusive com o cumprimento da pena, Diana coloca que: “Só acontece a justiça muitas vezes quando a agressor vem de uma camada

social baixa, a pessoa que tem dinheiro tem a proteção. Eu gostaria que a responsabilização fosse para todos, independente da camada social”. Em seguida, passa para o tópico seguinte: a mobilização para Campanha dos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres. Mas como já é tarde, cada uma fica de trazer as sugestões na próxima reunião sobre quem vai ser chamado, como vão ser as camisetas, como serão feitas as faixas, de onde sairão os recursos financeiros. Resolvem ainda definir um calendário de visitas que inclui a DEAM, a vara crime e a representante da Pastoral Carcerária para saber como vão as instituições.

Já é noite, passam das 18h30min, as pessoas se despedem. O telefone toca, são as netas de Diana cobrando a promessa de passeio no parque da Lagoa de Calu.

Na trajetória de Diana, a porta de entrada para a militância no movimento social deu-se a partir da percepção de que a “mulher não pode ser dona da sua própria vida”, isto é, da existência de uma lógica social que cria uma série de sujeições que são limitadoras da condição de igualdade das mulheres (DELPHY, 2009). O seu engajamento teve início a partir dos movimentos de mobilização popular da Igreja Católica o que, conforme Maria Filomena Gregori (1993), era um fato bastante comum à época. Vale lembrar que constitui parte da história do ativismo político baiano a forte interligação no seu nascedouro com as atividades das comunidades eclesiais de base da Igreja Católica.

Os desafios que enfrenta enquanto feminista engajada são encarados como impulsionadores para a produção de um cenário de práticas sociais em que as leis sejam realmente implementadas. Isso significa dizer que toma para si a tarefa de exigir que a tutela jurisdicional (VENOSA, 2004) seja materializada nas práticas levadas a termo pelos agentes institucionais; aspecto que, conforme Leon (1994), traduz a necessidade do movimento feminista de impulsionar novas dinâmicas na esfera pública.

No relato, fica evidenciado que a atividade de Diana enquanto ativista é desenvolvida em múltiplas dimensões. O processo de empoderamento (SARDENBERG, 2009) é marcado pela absorção e veiculação dos argumentos do feminismo enquanto necessidade prática, tanto no sentido de incorporar posições definidas que a legitimem no campo político quanto para obter uma visão crítica ampliada do processo de gestão das políticas públicas, o que a leva,

em suas palavras, a “muitas participações em Salvador e também em Brasília como representante nas conferências”.

Por conseguinte, a apropriação dos elementos da legalidade cosmopolita (SANTOS, 2003), que se refere ao preconizado nas convenções internacionais por meio do efeito de multiplicação em encontros e conferências promovidos em âmbito nacional, tanto pela SPM quanto por outras instituições, potencializa a prática política como uma forma de conhecimento como relação estratégica (FOUCAULT, 1995) com o mundo social.

Ademais, a *expertise* é manifestada em duas vias: a primeira, na forma de se conduzir como porta-voz, alguém que faz saltar a *práxis* ao discurso, ou seja, o senso prático como uma lógica cognitiva, em um esforço de reorientar, por meio do trabalho político, o sentido legítimo do mundo social (BOURDIEU, 2001) em favor dos interesses do movimento feminista local. A segunda, na capacidade de fazer funcionar as instituições, alguém que quando “pega só solta depois que viu um resultado bom acontecer”. Assim, é projetada para o espaço público como alguém que precisa ter a capacidade de verbalizar as demandas sociais na esfera pública em relação à disponibilização da prestação jurisdicional a mulheres em situação de violência. Já que, conforme Bourdieu:

Por oposição à palavra individual, grito, protesto, a palavra do porta-voz é a palavra autorizada que deve sua autoridade ao fato de aquele que fala ter a autorização do grupo que o autoriza a falar em seu nome. Quando fala o porta-voz é o grupo que fala através dele, mas que existe como grupo através dessa palavra e daquele que a traz (BOURDIEU, 2005, p.77).

Esse fator exige buscar desenvolver estratégias do ponto de vista interno ao grupo que compõe o movimento feminista, devido aos interesses político-partidários que afetam as militantes no jogo de poder do campo político. Do ponto de vista externo ao grupo, há a possibilidade de interlocução com as instituições do Poder Executivo e do sistema de justiça criminal para que possa obter respostas adequadas relativamente aos procedimentos de efetivação da legislação. Por essa razão, não basta que os pressupostos da igualdade estejam juridicamente definidos, é necessário assegurá-los enquanto exercício na esfera cotidiana. O que significa dizer que somente a vivência social pode tornar palpáveis os esforços, sobre isso Agnes Heller afirma que

a vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana, com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela colocam-se em funcionamento todos os seus sentidos. Todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias” (HELLER 1992, p. 17).

Assim a consolidação dos pelas práticas dos agentes institucionais, isso implica fruir de uma proteção jurídica efetiva, vinculada ao cumprimento de procedimentos estritos destinados à garantia de direitos materiais pelos seus titulares (ALEXY, 1997).

Ademais, o senso de justiça (HELLER, 1998) que a mobiliza no mundo social a partir do campo político não se realiza, pois se avalia que “não consegue avançar” uma vez que esbarra na forma procedimental adotada pelas instituições do sistema de justiça, a exemplo da parcialidade na aplicação das sanções em função da posição social dos agressores, de modo que “gostaria que a responsabilização fosse para todos”.

A atuação do Estado é posta em análise e questionada como uma maneira de reação prática de confronto na luta por fazer prevalecer o seu ponto de vista no espaço social. Vale acrescentar que a igualdade de gênero vai decorrer de como as relações de poder (ALLEN, 2013; SCOTT, 1995), que organizam de forma difusa as identidades pessoais e coletivas, vão se expressar na esfera pública. Portanto, o poder ideológico acerca do gênero ultrapassa o mundo interior da subjetividade, manifesta-se nos embates da política e nas vivências institucionais.

3.CONCLUSÃO

Ao analisar a atuação da ativista Diana fica perceptível que a sua atuação no espaço público é fruto de um *ethos* para a igualdade social das mulheres que se desenvolveu ao longo das suas experiências biográficas. O público e o privado são parte de um sistema de representações sociais que partilha e que moldou a forma como se apresenta enquanto voz ativa da comunidade.

. No caso abordado, o engajamento ocorreu como fruto de uma elaboração simbiótica não somente da política como escolha pessoal, mas também como esforço de empatia na proposição e condução das dinâmicas públicas. Atitude propiciada pela via da solidariedade entre os pares.

A experiência feminista aqui retratada ultrapassa a mera adoção de uma ideologia, seja para transitar nas políticas institucionais, seja na política partidária. É uma elaboração ontológica e epistêmica de si e da participação na vida pública, demonstrando que o pessoal é também político.

4.REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. **Teoria de los derechos fundamentales**. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1997.

ALLEN, Amy. **Feminist Perspectives on Power**. **Stanford Encyclopedia of Philosophy**. 2013 Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/entries/feminist-power/#Bib>>. Acesso em: 29 set. 2014.

ALMEIDA, S. S. (Org.). **Violência de gênero e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

BLAY, Eva Alterman. Violência contra a mulher e políticas públicas. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 87-98, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, Pierre. O mistério do ministério: das vontades particulares à “vontade geral”. In: WACQUANT, LÖIC. **Pierre Bourdieu e a política democrática**. Rio de Janeiro: Renavan, 2005. p. 71-80.

DELPHY, Christine. Patriarcado. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e Queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista**. São Paulo, Paz e Terra, 1993

- HELLER, Agnes. **Além da justiça**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia**. Madrid: Siglo XXI, 1987.
- LEON, Magdalena. Movimiento social de mujeres y paradojas de América Latina. In: LEON, Magdalena (Org.). **Mujeres y participación política: avances y desafíos en América Latina**. Bogotá: Tercer Mundo, 1994.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- SARDENBERG, Cecilia M. B. **Liberal vs Liberating Empowerment: Conceptualising Women's Empowerment from a Latin American Feminist Perspective**. Brighton: IDS: Pathways of Women's Empowerment, Pathways Working Paper 7, 2009.
- SARDENBERG, Cecília M. B. (Org.). Da transversalidade à transversalização de gênero: aportes conceituais e práticos-políticos. In: SCHEFLER, Maria de Lourdes; VAZQUEZ, Petilda Serva; AQUINO, Silvia. **Travessias de gênero na perspectiva feminista**. Salvador: EDUFBA/NEIM, 2010.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, p. 101-132, 1995.
- TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- VENOSA, Silvio de Salvo. **Introdução ao estudo do direito**. São Paulo: Atlas, 2004.